



3905 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

Nos bastidores da escola: o não dito sobre os efeitos do prêmio 14º salário na educação municipal de Mossoró/RN.
Maria Marleide da Cunha Matias - UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo

O objetivo do estudo é revelar o discurso dos professores a respeito dos efeitos do prêmio 14º salário nas escolas municipais de Mossoró. Entrevistas revelam um discurso que se produz na vivência dos conflitos, nas pressões para alcançar desempenhos inalcançáveis. O 14º salário é a principal meta da escola e para alcançá-lo, a prática de ensino é reconstruída de forma a atender critérios de comparação, mensuração e classificação.

Palavras-chave: Responsabilização - 14º salário - Professores

Nos bastidores da escola: o não dito sobre os efeitos do prêmio 14º salário na educação municipal de Mossoró/RN.

Introdução

A lógica do mercado tem se alastrado pelas escolas públicas brasileiras como um processo de contaminação regulada. Um discurso de racionalismo de mercado que reduz todas as coisas à mercadoria e transforma todas as pessoas em agentes econômicos adentra as escolas públicas, produzindo um ethos competitivo, porém, dissimulado, que de forma sutil corrói as fronteiras entre o público e o privado e provoca mudanças nas instituições do setor público e nas suas relações entre si.

Aparentemente, a forma preferencial que os “reformadores empresariais” (FREITAS, 2012) da educação utilizam para incutir os valores do mercado no cotidiano das escolas públicas, é a implementação de políticas de responsabilização de professores e escolas. Estas políticas envolvem mecanismos de premiação/punição por desempenho como meio de instalação de uma cultura meritocrática e performativa. Já existem diversos Projetos de Lei no âmbito federal que associam a responsabilização a um processo de cumprimento de metas de progressão acadêmica medidas a partir dos testes padronizados nas avaliações nacionais, bem como, a publicidade dos resultados por escola.

As proposições federais requerem a instituição de uma Lei de Responsabilidade Educacional. Mas é um debate polêmico, pois envolve amplos setores em disputa com diferentes concepções sobre o significado do termo responsabilidade educacional e sobre o sentido de qualidade na educação. Nesta arena de disputas, Ximenes (2012), recomenda compreender “em que medida a responsabilização vem sendo defendida, no sentido de avançar na proteção jurídica do direito a educação pública e em que medida traz consigo uma agenda oculta de promoção da lógica mercantil na educação” (p.355).

Seguindo a lógica da contaminação regulada pelos princípios de mercado, o município de Mossoró/RN decide redefinir a sua política educacional, aprovando a Lei de Responsabilidade Educacional - LRE (Lei n. 2717/10). Esta Lei teve como principal consequência, a instituição do prêmio 14º salário, que corresponde ao valor bruto da remuneração, pago aos profissionais da educação municipal que atingem as metas de desempenho das escolas. Assim, enquanto a LRE marca o “entrar no jogo” dos interesses empresariais, o prêmio 14º salário obriga os professores e escolas a “jogarem o jogo” para atingirem metas inalcançáveis e se protegerem contra a execução pública.

Portanto, é preciso ouvir a voz dos professores. O objetivo deste estudo é revelar o discurso dos professores a respeito dos efeitos do prêmio 14º salário nas escolas municipais de Mossoró. Um discurso não dito publicamente. Utilizamos como metodologia, entrevistas qualitativas com dez professores(as) – pedagogos(as) – que, enquanto atores sociais, passam pela imposição de processos de alterações na prática profissional, como forma de introduzir novos sistemas de valores pautados na competitividade, no auto interesse e no valor performativo que legitima o sistema.

Entregamos aqui os depoimentos que professores(as) nos confiaram a propósito de suas experiências e dificuldades de viver a profissão em um sistema de responsabilização/recompensa que os classifica, controla e imobiliza.

O discurso dos professores nos bastidores da escola

Para compreender o que se passa com os professores no interior das escolas cujo trabalho é dirigido em função do cumprimento das metas de desempenho, não basta observar o discurso expresso publicamente através dos números, dos *rankings*, das imagens de projetos executados, de prêmios conquistados. É necessário também escutar a voz desses professores, ouvir um discurso não dito publicamente, porque, sendo incompatível com a imagem ética da profissão, ele somente pode se exprimir na vivência privada da profissão. Esse discurso que se produz nos bastidores da escola, na vivência dos conflitos, na crise de consciência ética, nas pressões cotidianas para alcançar resultados de desempenho inalcançáveis, com todos os sofrimentos que disso resultem, apenas é possível expressar num “espaço ‘clandestino’, precário e fragilizante que importa preservar do julgamento dos não educadores” (CORREIA; MATOS, 2001, p. 110).

Trazemos à luz a vivência de um conflito híbrido: a responsabilidade de ser competente simultânea ao sentimento de impotência ante os obstáculos dessa responsabilidade. O desabafo de uma professora retrata esse conflito:

O que mais me angustia é quando chega no final [do ano letivo] dizem: – mas tem que passar, bote [colocar o aluno na lista de alfabetizados]. Isso dá uma dor lá no fundo do coração! Porque o negócio é números e números. Uma coisa que eu não me conformo, não aceito! Mas a gente acaba fazendo.

Encontram-se aqui bem patentes a culpa, a impotência, o sofrimento profissional provocado pela ruptura entre o julgamento sobre as necessidades dos estudantes e os rigores da gestão por resultados, que exige mostrar desempenhos sempre crescentes. A incapacidade de impor sua autenticidade e o compromisso com a prática ética produz “uma dor lá no fundo do coração” dos professores, pois não conseguem libertar-se, na expressão foucautiana, da malha de poder que o sistema de responsabilização/premiação lhe captura.

A competição entre professores e escolas: “tá parecendo escola de samba”

Em qualquer diálogo com professores da rede municipal de ensino de Mossoró, seja em espaço escolar, seja fora dele, acerca da política educacional do município, a primeira preocupação posta em debate é o crescimento da competitividade entre escolas e professores.

Na verdade, tá tendo uma grande competição. Tá parecendo mais escola de samba, né? (...) então, assim, ele tá causando essa competição. E pra mim, é ... eu sempre parti do princípio de que a educação não é pra medir forças, e sim, unir! Isso mexe muito com a autoestima do professor. Se ele não recebe o prêmio é como se ele se sentir-se incapaz, onde na verdade não é.

Eu não sei nem se eu devo usar essa expressão, mas eu acho, assim, que quando ganha é uma soberba, eles se acham o máximo e os outros se sentem até humilhados, como uma impotência, humilhação. Então já parte pra aquela competitividade, não é nem a busca de melhor qualidade de trabalho não. É mostrar que um é melhor do que o outro.

Esses depoimentos revelam que a Secretaria de Educação está a pôr em prática um modo de gestão perverso, posto que, com seus prêmios, seu *rankeamento*, monitoramento e esse apelo contínuo ao interesse individual, à competição, transforma radicalmente as condições de trabalho e de vida comum dos professores e ameaça a relação normal de uma profissão altamente dependente das relações interpessoais que se estabelecem no interior da escola. O excesso de competição tem solapado as práticas de solidariedade nas atividades cotidianas dos professores e a solidariedade perde espaço para atitudes individualistas.

A luta pela visibilidade: “foto não fede!”

[... Lembro-me que numa das festas juninas trabalhando a cultura popular, uma pessoa da escola chegou e jogou uma toalha pra colocar as merendas, a comida típica, e eu senti que a toalha tava muito fedida à barata, então eu reclamei: – olha essa toalha tá fedendo à barata. Ai ela disse: – É só pra tirar a foto! Eu disse [com ironia]: – É, foto não fede! Então assim... há um excesso de registro, há um excesso de cobrança, há um excesso de preocupação de aparecer.

Vivemos um mundo no qual o que parece ser conta mais do que aquilo que realmente é. As escolas estão submergindo nesse mundo de promoção da imagem, de fabricação de eventos, da produção do *marketing* da escola, puxadas pela exigência de mostrar alta performance no mercado educacional. Essa onda de publicidade lança luminosidade sobre as atividades desenvolvidas na escola, mas, de forma simultânea, contribui também para uma opacidade acerca da veracidade das práticas, como evidencia outro professor: “Não sei nem se vou ser antiético, mas já vi pessoas que só faz aquele momentinho ali, faz um trabalho preparado pra tirar a foto e joga [nas redes sociais], não teve nem aquele trabalho, aquele projeto, não executa”.

Portanto, como revelam os professores, parte do que é produzido nas escolas é uma encenação para ser vista e julgada, sendo como um sistema “*panopticon*” de vigilância (FOUCAULT, 2015), em que há “um poder exercendo-se por transparências”, de uma dominação por “iluminação” (Ibid, p. 329). As escolas e os professores sabem que estão entregues a um olhar dominador e vigilante, que serão vistos “por um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo” (loc. cit.), atento às suas performances para julgar o seu valor e a sua posição no mercado educacional. Em face desse contexto, as instituições escolares presas às exigências do desempenho farão o que for necessário para aparecerem bem, diante dos outros, mesmo que o sacrifício seja a traição aos objetivos e princípios éticos educacionais.

Nesse processo, os objetivos educacionais, o currículo, a avaliação e a prática ética são negados em nome do desempenho e das recompensas materiais e simbólicas que a performance pode render. No entanto, esse sacrifício de negação da “boa prática” educativa, com vistas a atender a disciplina do desempenho não acontece sem sofrimentos. O desabafo angustiante de uma professora, diante da cobrança de aprovar os alunos para cumprir a meta, é revelador desse sofrimento: “Isso é criminoso! Você tá retirando o direito, você tá castrando o direito de se aprender efetivamente, então você tá praticando um crime, você tá negando esse direito ao cidadão!”

Desta forma, compreende-se que, neste contexto, os professores vivem em uma arena de lutas, onde se estabelece um conflito interno entre a imagem polida que precisam mostrar aos “clientes” e a imagem autêntica da sua prática. Assim, é natural que desenvolvam dispositivos e disposições que os protejam da sua “exposição pública”. Enfim, as fabricações de eventos, dados e informações para apreciação pública são estratégias de defesa que os protegem contra os rótulos de incompetente, ineficiente, descompromissado, entre outros. Em contrapartida, estas fabricações exigem um alto preço e provocam uma crise de valores na sua identidade profissional: “como professora, a gente se sente lesada, se sente humilhada, desvalorizada e a gente sente que nosso trabalho não tem resultado. [...] é tão desvalorizado que foge de tudo aquilo que a gente quer. Então a gente sente que... o que estamos fazendo ali?”

As relações de dependência: “quem quer ser o peixe fora d’água?”

As formas de regulação sustentadas no tripé avaliação/responsabilização/ meritocracia, tem uma dimensão, ao mesmo tempo, social e interpessoal. As relações sociais cotidianas são modificadas pelas cobranças do desempenho, isto é, o “olhar vigilante” sobre os indivíduos, formalizado no índice de aprovação, na taxa de frequência, nos resultados das avaliações, enfim, na contribuição de cada um para a performance do grupo. Uma professora esclarece: “fica muito arriscado, ele fica muito malvisto pela escola se ele não tentar atingir essa meta, seja por aprovação, seja por frequência. (...) quando você tá numa equipe que tá visando apenas a premiação, você se torna um peixe fora d’água.”

Em consequência disso, surge um espaço propício para que, segundo Ball (2010, p. 42) “relações sociais autênticas sejam substituídas por relações de julgamento, nas quais as pessoas são valorizadas apenas pela sua produtividade”. “Ela vai prejudicar o alcance das metas da escola; é ano de IDEB e precisamos manter o nível”- relata uma professora a respeito do que ouviu da diretora. Esta fala ilustra o que Correia (2010) chama de “coisificação do indivíduo”, ou seja, as pessoas tornam-se coisas, objetos que podem ser substituídos quando a sua contribuição não for julgada como suficiente para se adequar ao nível da instituição.

A intensa cobrança do esforço de todos para manter a escola em um bom nível de classificação nas avaliações que geram recompensas materiais e simbólicas, aliada ao medo dos professores de serem culpados pelos colegas caso o desempenho da equipe baixe, produz uma sensação de aprisionamento ao sistema de responsabilização. É o que revela uma professora: Quem está nesse mundo competitivo,

quer ficar de fora? Quer ser a razão da não premiação da escola? Porque a partir do momento que eu decido não participar, eu vou derrubar os dados. (...) aquele professor vai ser responsável por sair do páreo..."

Encurralada pelo paradigma do desempenho e da eficiência, a prática pedagógica que antes se desenvolvia em meio a uma cooperação natural e espontânea, agora está presa a relações de interdependência impostas e fundadas no lucro da ação.

Considerações finais

Quatro são os elementos conclusivos que a investigação realizada nos permite apresentar: a) os professores estão sacrificando a personalidade docente pela produtividade; b) Ganhar o prêmio 14º salário é a principal meta das escolas e profissionais; c) a prática de ensino é reconstruída para atender aos critérios de comparação, mensuração e classificação; d) as escolas constroem e utilizam estratégias para burlar o sistema.

Constatamos que nesta década, a rede municipal de ensino de Mossoró vivencia, nas palavras de Ximenes (2012), uma "responsabilização às avessas". A política de responsabilização meritocrática tem provocado alterações na organização do trabalho pedagógico, nos processos decisórios do cotidiano escolar e nas relações de trabalho e auto percepção dos professores e professoras, gestando novas práticas pedagógicas com preponderância do objetivo sobre o subjetivo, do individual sobre o coletivo.

E agora, o que pode ser feito? Acreditamos que é nossa obrigação voltar e encontrar um novo caminho.

Referências bibliográficas

BALL, S. J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo à sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, p. 37-65, maio-ago. 2010.

CORREIA, J. A.; MATOS, M. **Solidões e solidariedades nos quotidianos dos professores**. Lisboa: ASA, 2001.

CORREIA, J. A. Paradigmas e cognições no campo da administração educacional: das políticas de avaliação à avaliação como política. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 456-467, n. 45, set.-dez. 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

MOSSORÓ(RN). Lei n. 2.717, de 27 de dezembro de 2010. Institui a política de Responsabilidade Educacional no município de Mossoró e dá outras providências. **Jornal Oficial de Mossoró**, Mossoró, 04 jan. 2011, ano IV, n. 75-A, p. 1-3.

XIMENES, S. B. Responsabilidade Educacional: concepções diferentes e riscos iminentes ao direito a educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 353-377, abr.-jun. 2012.